

Rendimento e Condições de Vida

2016

2,6 milhões de residentes em risco de pobreza ou exclusão social em 2016

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) indicam que o rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente foi, em termos nominais, de 8 782 euros em 2015, e que o rendimento equivalente mediano para as pessoas em risco de pobreza foi de 3 865 euros no mesmo ano. O crescimento dos rendimentos monetários equivalentes entre 2014 e 2015 foi abrangente a todas as classes de rendimento, mais expressiva para as pessoas com menores rendimentos (1º decil).

Em 2016, 2 595 milhares de residentes encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, 25,1%, o que representa menos 1,5 p.p. do que no ano anterior. Do total de pessoas em pobreza ou exclusão social, 18,8% (cerca de 487 mil) eram menores de 18 anos e 18,0% (cerca de 468 mil) eram pessoas com 65 ou mais anos.

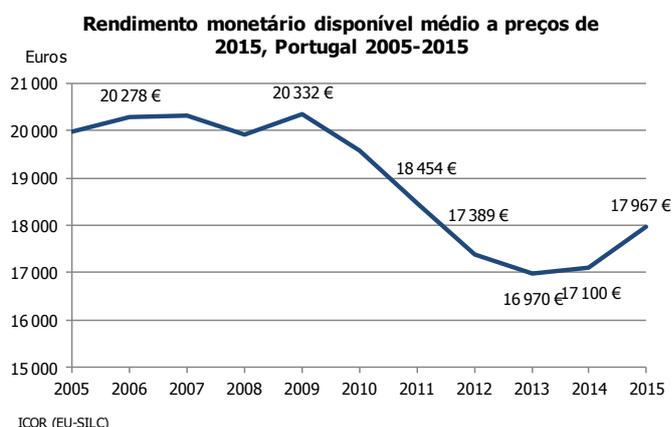
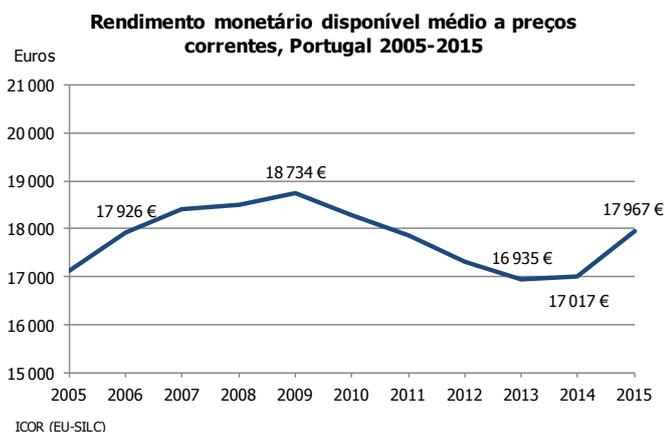
As condições habitacionais adversas, como sejam o número de divisões habitáveis, a existência de instalações sanitárias e as condições físicas e de luminosidade do alojamento afetam mais frequentemente as pessoas em risco de pobreza e as famílias com crianças.

A sobrecarga das despesas em habitação afetou quase 30% da população com menores rendimentos em 2016.

O rendimento médio mensal por agregado familiar aumentou 79 euros em 2015

De acordo com os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), o rendimento monetário disponível médio por agregado familiar foi de 17 967 euros anuais em 2015, ou seja, 1 497 euros por mês (por agregado familiar, mais 79 euros por mês do que no ano anterior).

Em termos nominais, o valor do rendimento monetário disponível médio por agregado familiar em 2015 situou-se ao nível do rendimento de 2006 (17 926 euros).



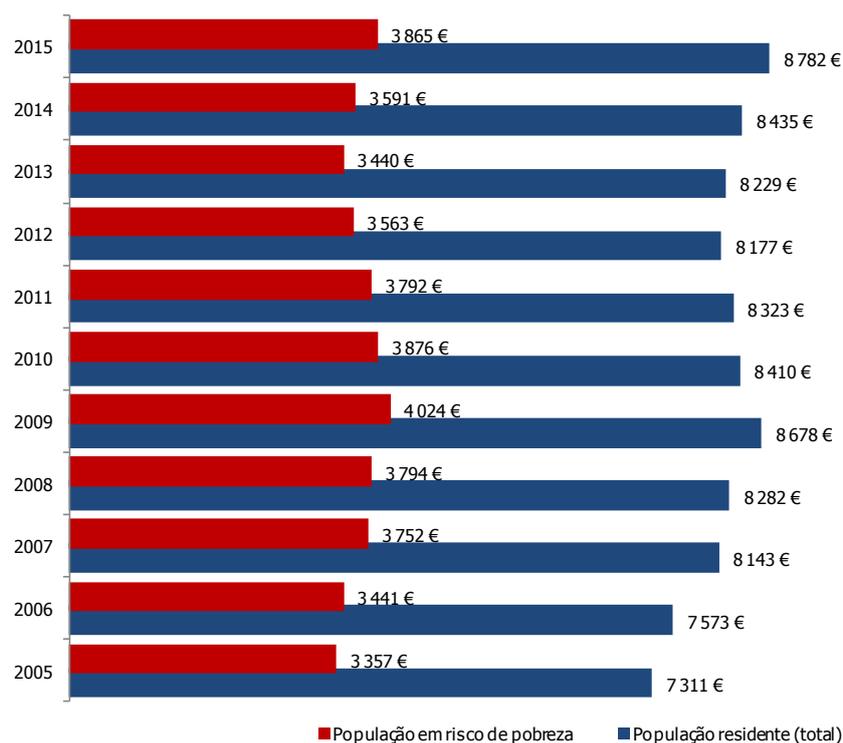
A análise dos resultados a preços constantes de 2015 revela um crescimento em termos reais de 5,9% entre 2013 e 2015, equivalente a quase 1/3 da quebra de 16,5% verificada entre 2009 e 2013.

O rendimento mediano por adulto equivalente continuou a aumentar em 2015, mas manteve-se a distância para a União Europeia

Os resultados apresentados até agora respeitam a famílias com diferentes tipologias, o que dificulta a sua análise comparativa. A aplicação de uma escala de equivalência permite harmonizar os dados das diferentes famílias relativamente à sua dimensão e composição etária, viabilizando a comparação dos resultados com base num padrão equivalente a um agregado unipessoal.

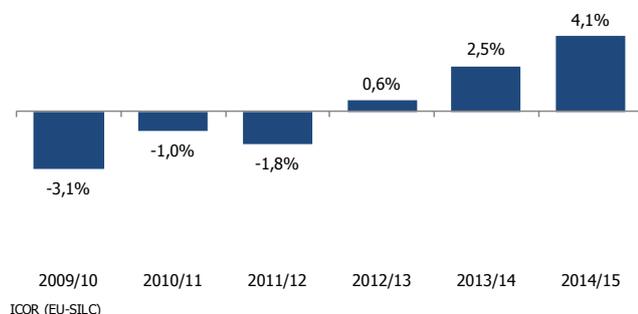
Neste sentido, os resultados do inquérito indicam que, para o ano de 2015, o rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente foi, em termos nominais, de 8 782 euros, sendo que o rendimento equivalente mediano para as pessoas em risco de pobreza foi de 3 865 euros.

Rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente (€) para a população residente total e para a população em risco de pobreza, Portugal 2005-2015

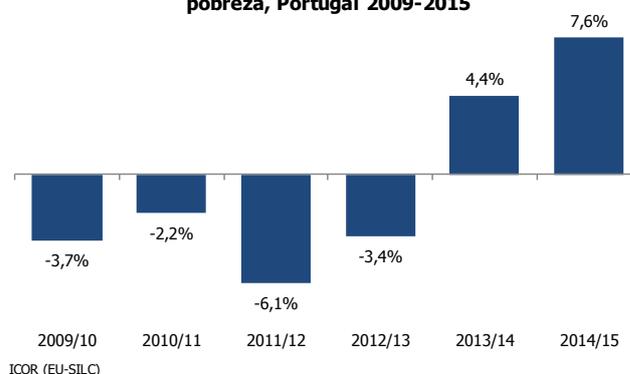


Para a população total, registou-se em 2015 uma variação anual positiva do rendimento monetário disponível por adulto equivalente, 4,1%, mais acentuada do que a verificada nos dois anos anteriores (0,6% em 2013 e 2,5% em 2014). O rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente para a população em risco de pobreza tem vindo a aumentar desde 2014 (4,4%), e 7,6% em 2015.

Taxa de variação do rendimento monetário disponível equivalente, Portugal 2009-2015



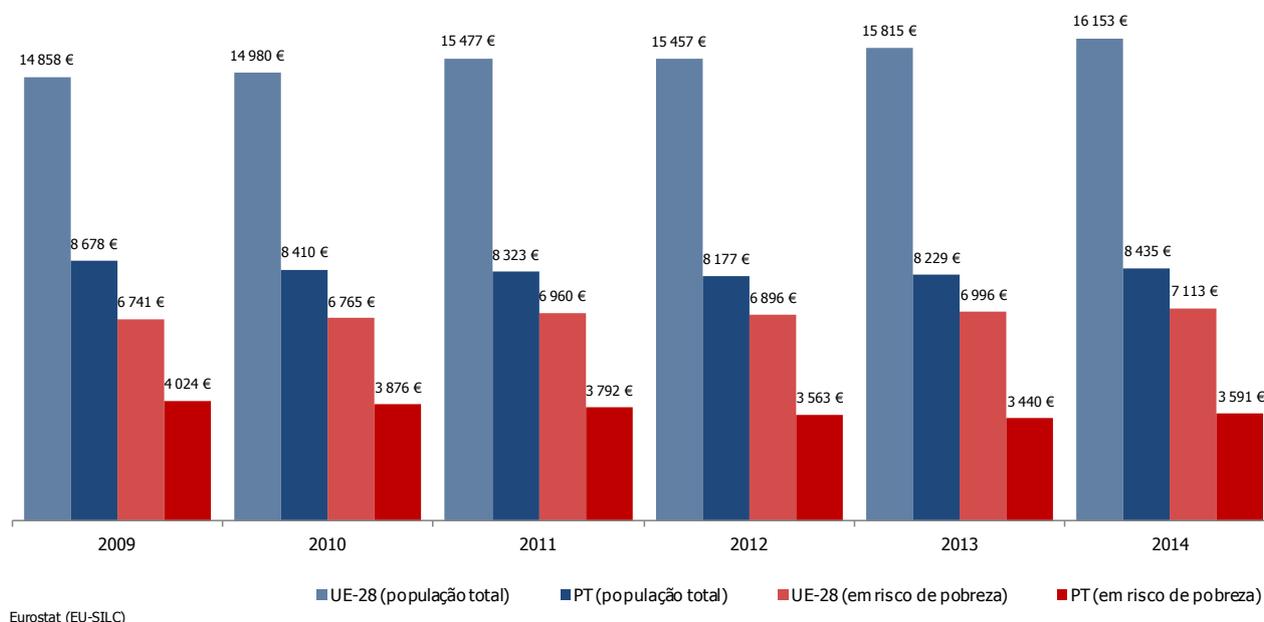
Taxa de variação do rendimento monetário disponível equivalente para a população em risco de pobreza, Portugal 2009-2015



A comparação com os resultados disponíveis para a União Europeia (UE-28, 2009 a 2014) indica que o rendimento mediano por adulto equivalente em Portugal corresponde em 2014 a pouco mais de metade (52%) do rendimento mediano por adulto equivalente na UE-28, sendo a diferença mais acentuada (50%) quando comparado o rendimento mediano da população em risco de pobreza na EU-28 e em Portugal.

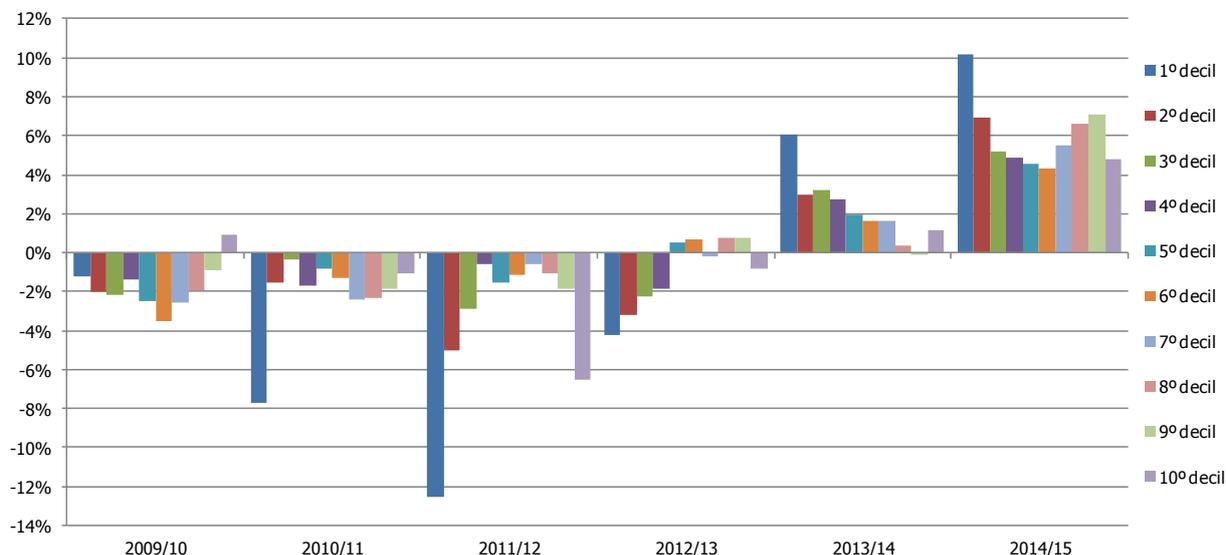
A leitura dos resultados evidencia ainda que o rendimento mediano por adulto equivalente para a população em risco de pobreza na UE-28 representa mais de 80% do rendimento por adulto equivalente para a população total residente em Portugal.

Rendimento monetário disponível mediano (€) por adulto equivalente, Portugal e UE-28, 2009-2014



O padrão de evolução dos rendimentos monetários disponíveis por adulto equivalente entre 2009 e 2015 foi abrangente a todas as classes de rendimento por adulto equivalente, ainda que com expressões diferentes, destacando-se a intensidade para o primeiro decil do rendimento. Em 2015, o crescimento dos rendimentos monetários equivalentes foi abrangente a todas as classes.

Taxas de variação do rendimento médio por adulto equivalente, por decis do rendimento equivalente, Portugal 2009-2015

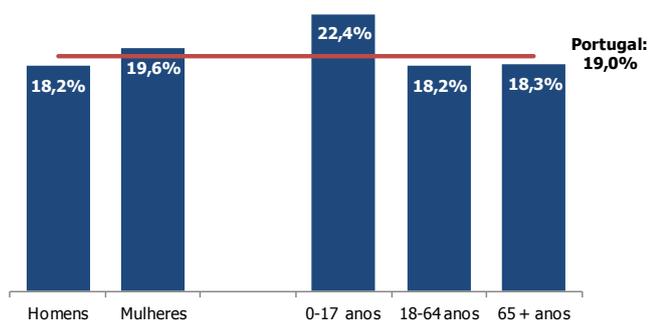


ICOR (EU-SILC)

19,0% da população encontrava-se em risco de pobreza em 2015

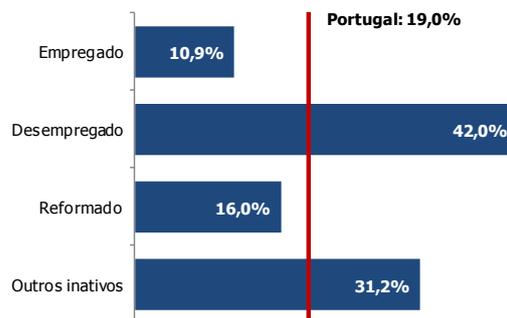
O limiar de pobreza, ou linha de pobreza relativa, que corresponde a 60% da mediana da distribuição rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente, foi de 5 269 euros em 2015, ou seja, cerca de 439 euros por mês. Consequentemente, 19,0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2015, valor inferior ao observado no ano anterior (19,5%).

Taxa de risco de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal 2015



ICOR (EU-SILC)

Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2015



ICOR (EU-SILC)

O risco de pobreza afetava principalmente:

- Menores de 18 anos, com 22,4%;
- Mulheres, com 19,6%;
- Pessoas desempregadas, com 42,0%; e

- Famílias com crianças dependentes¹, com 21,0%.

A taxa de risco de pobreza para a população idosa aumentou novamente em 2015, com 18,3% (17,0% no ano anterior). Em contrapartida, registou-se em 2015 um nova redução do risco de pobreza para os menores de 18 anos: 22,4%, o que corresponde a -2,4 p.p. relativamente a 2014. A taxa de pobreza para as/os adultos em idade ativa foi de 18,2%, menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que no ano anterior (18,8% em 2014).

Em 2015, o risco de pobreza reduziu-se tanto para os homens como para as mulheres, continuando a atingir estas com maior impacto: 19,6% face a 18,2% para os homens.

O risco de pobreza para a população em situação de desemprego foi de 42,0% em 2015, e para a população empregada foi de 10,9%, sem alteração face a 2014. O risco de pobreza para a população reformada aumentou em 2015, com uma taxa de 16,0% face a 14,4% no ano anterior (+1,6 p.p.). Manteve-se todavia a evolução decrescente observada na série para este indicador: menos 10,0 p.p. desde 2003.

O risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes foi de 16,8% em 2015, ligeiramente superior ao do ano anterior. Apesar de o risco de pobreza para as famílias com crianças dependentes ter diminuído 1,2 p.p. (21,0% face a 22,2% em 2014), estes agregados continuavam a registar um risco de pobreza mais elevado quando comparado com as famílias sem crianças.

Tal como nos anos anteriores, as taxas de risco de pobreza mais elevadas foram estimadas para os agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (31,6%) e pelos constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (42,7%). O risco de pobreza para os agregados constituídos por 3 ou mais adultos com crianças dependentes foi de 24,7%.

2,6 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 2016

A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa - pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza – e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

A taxa de privação material severa é um dos indicadores de privação material baseados num conjunto de nove itens relacionados com as necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, listados na nota metodológica. Em 2016, a taxa de privação material severa dos residentes foi de 8,4%, mantendo-se a tendência de redução da série.

Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta entre 18 e 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível. A proporção da população com menos

¹ Menores de 18 anos e as pessoas entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.
Rendimento e condições de vida - 2016

de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida foi de 9,1% em 2015 (menos 1,8 p.p. do que em 2014 e menos 3,1 p.p. do que em 2013).

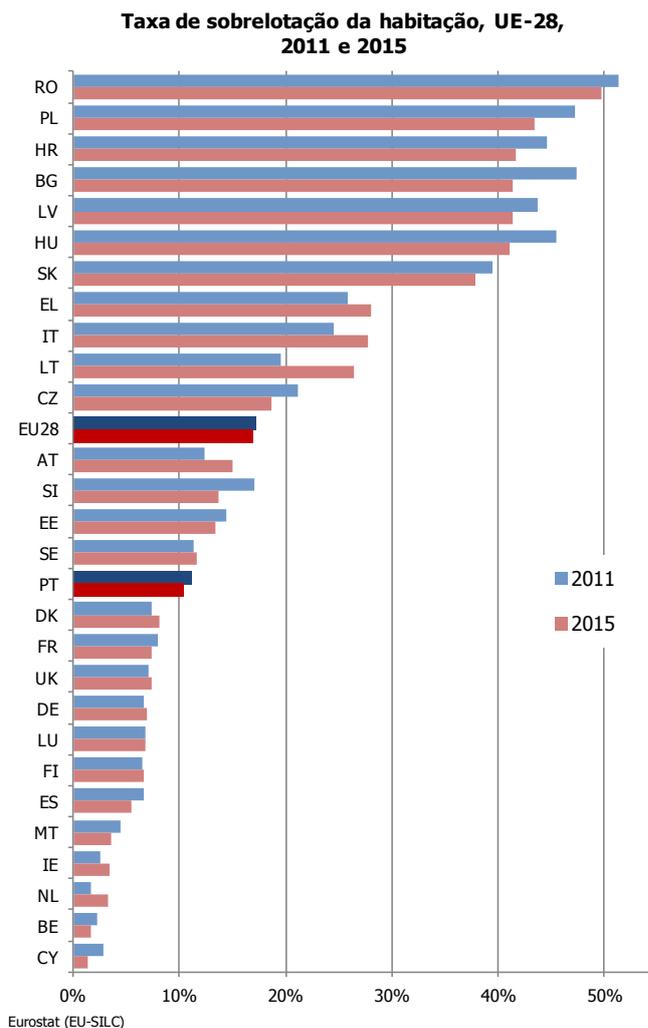
De acordo com o inquérito realizado em 2016, 2 595 milhares de residentes encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social foi de 25,1%, menos 1,5 p.p. do que no ano anterior.

Do total de pessoas em pobreza ou exclusão social, 18,8% (cerca de 487 mil) eram menores de 18 anos e 18,0% (cerca de 468 mil) eram pessoas com 65 ou mais anos.

As condições habitacionais adversas afetam mais frequentemente as pessoas em risco de pobreza e as famílias com crianças

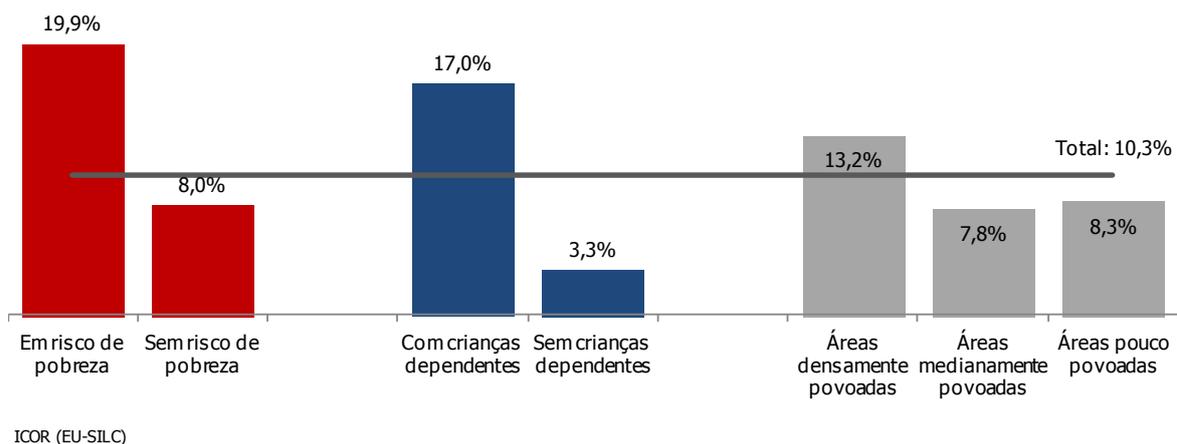
O ICOR recolhe dados sobre as condições dos alojamentos em que vivem os agregados familiares, nomeadamente sobre o número de divisões habitáveis, sobre a existência de instalações sanitárias, e sobre as condições físicas e de luminosidade do alojamento. Esta informação permite obter informação sobre as condições de habitação dos residentes, nomeadamente sobre a taxa de sobrelotação da habitação que corresponde à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis (≥ 4 m²) é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado.

De acordo com o inquérito realizado em 2016, 10,3% das pessoas viviam com insuficiência de espaço habitacional, valor idêntico ao registado nos dois anos anteriores. De acordo com os resultados disponibilizados pelo Eurostat, constata-se que Portugal regista uma taxa de sobrelotação da habitação inferior à média da União Europeia.



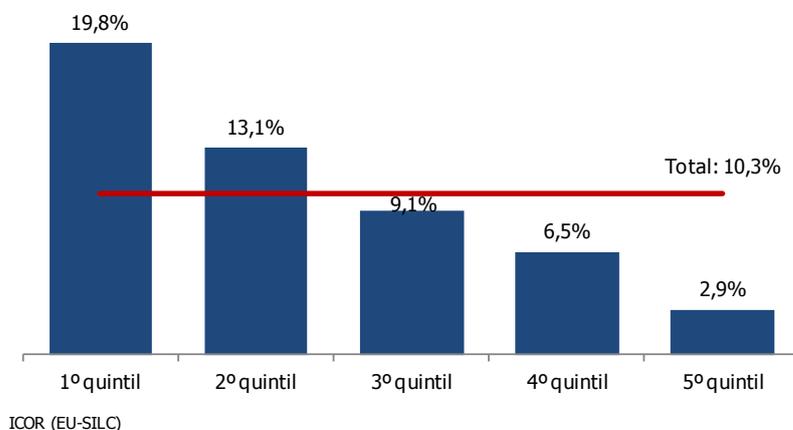
Os resultados do inquérito indicam ainda que esta condição adversa é mais frequente nas áreas densamente povoadas (13,2% em 2016) e que afeta sobretudo as famílias com crianças dependentes (17,0% face a 3,3% para as famílias sem crianças dependentes) e as famílias em situação de pobreza (com 19,9%).

Taxa de sobrelotação da habitação por condição de pobreza, por composição familiar e por grau de urbanização, Portugal 2016



A leitura da taxa de sobrelotação por quintis do rendimento monetário equivalente permite ainda concluir que a percentagem de famílias que vive com insuficiência de espaço habitacional reduz-se de forma determinante com o aumento do rendimento, mesmo para níveis mais baixos (de 19,8% no 1º quintil para 13,1% no 2º quintil e 9,1% no 3º quintil).

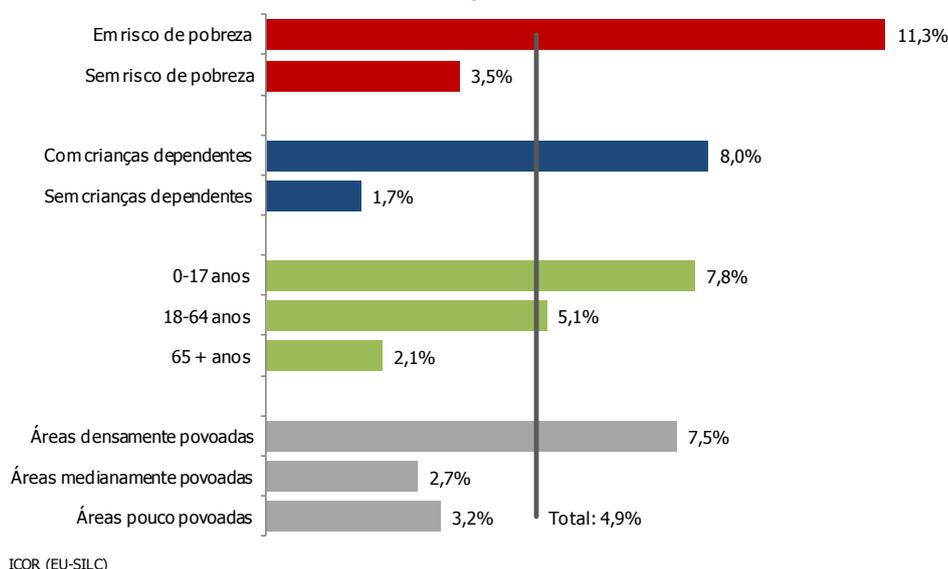
Taxa de sobrelotação habitacional por quintis do rendimento equivalente, Portugal 2016



O inquérito permite ainda completar esta informação com a relativa às condições físicas e sanitárias dos alojamentos, através da taxa de privação severa das condições da habitação, ou seja, a proporção de pessoas que viviam em 2016 num alojamento sobrelotado e que referiram pelo menos um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

O cálculo da taxa de privação severa das condições da habitação revela que 4,9% das pessoas confrontaram-se com condições severas de privação habitacional em 2016, mais frequentemente nas áreas densamente povoadas (7,5%).

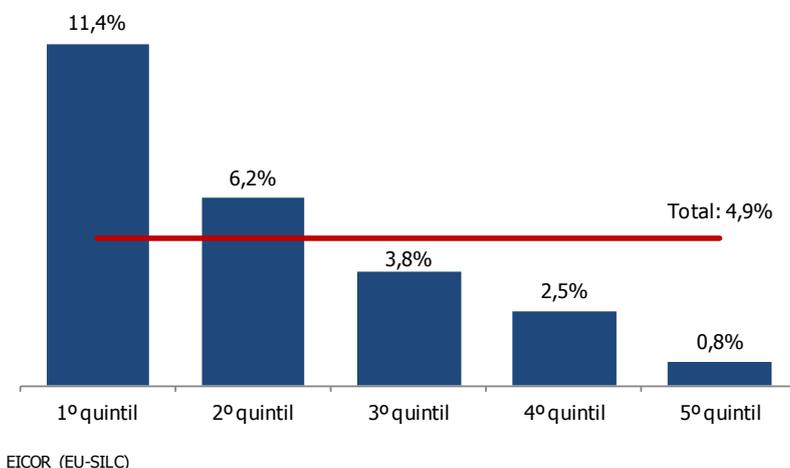
Taxa de privação habitacional severa por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário e por grau de urbanização, Portugal 2016



A privação severa das condições da habitação afetava predominantemente a população que vivia em agregados com crianças dependentes (8,0% face a 1,7% para as famílias sem crianças dependentes) e a que vivia em risco de pobreza (com 11,3%), contudo com menor expressão do que o verificado para o indicador de sobrelotação habitacional. Cerca de 7,8% da população com menos de 18 anos vivia em 2016 em privação habitacional severa.

A percentagem de pessoas em privação severa da habitação diminui com o aumento do nível do rendimento, contudo menos acentuadamente do que no indicador de sobrelotação.

Taxa de privação habitacional severa por quintis do rendimento equivalente, Portugal 2016



A sobrecarga das despesas em habitação afetou quase 30% da população com menores rendimentos em 2016

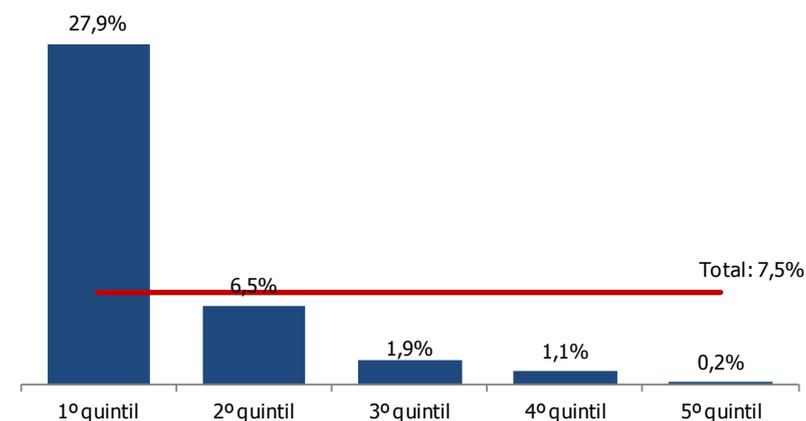
A carga mediana e a taxa de sobrecarga das despesas em habitação são indicadores que permitem avaliar a importância dos custos associados ao acesso e utilização da habitação no rendimento disponível dos agregados familiares. Estes indicadores são baseados na carga das despesas associadas a habitação i.e. no rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzidas as transferências sociais relativas à habitação. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Em 2016, a carga mediana das despesas em habitação foi de 12,4%, menos 0,9 p.p. do que no ano anterior. Para a população em risco de pobreza, a mediana da carga das despesas em habitação foi de 26,5% em 2016 (28,9% em 2015).

A taxa de sobrecarga das despesas em habitação é a proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%. Em 2016, o valor deste indicador foi de 7,5%.

A sobrecarga das despesas em habitação em 2016 afetou sobretudo a população que vivia em agregados cujo rendimento por adulto equivalente se situava no 1º quintil (27,9%).

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação, por quintis do rendimento equivalente, Portugal 2016



EU-SILC 2016

Nota metodológica

Pobreza e desigualdade económica

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2015). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

O rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente através da aplicação da escala de equivalência modificada da OCDE, de forma a refletir as diferenças na dimensão e na composição das famílias. A aplicação de uma escala de equivalência harmoniza os dados das famílias relativamente à sua dimensão e composição etária, viabilizando a comparação dos resultados com base num padrão que corresponde a um agregado unipessoal. Para os agregados unipessoais o rendimento por adulto equivalente é igual ao rendimento efetivamente obtido. Para os agregados multipessoais, o rendimento por adulto equivalente corresponde àquele que seria necessário para assegurar a uma pessoa só nível idêntico ao que o rendimento efetivamente obtido pela família assegura a todos os seus membros., ou seja, o rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. A aplicação da escala de equivalência permite de alguma forma retirar da análise os efeitos de economias de escala associados à vida em comum e os encargos acrescidos relacionados com as crianças.

As definições utilizadas são as seguintes (de acordo com a ordem em que são utilizadas no texto do destaque):

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Indicadores Europa 2020

A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa - pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza - e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral per capita muito reduzida.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);

b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Intensidade laboral per capita muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral per capita muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Privação habitacional

São apresentados dois indicadores relativos às **condições da habitação**:

Taxa de sobrelotação da habitação: corresponde à proporção da população que vive em alojamentos em que o número de divisões habitáveis (≥ 4 m²) é insuficiente para o número e perfil demográfico dos membros do agregado.

Taxa de privação severa das condições da habitação: corresponde à proporção da população que vive num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas: a) inexistência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento; b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento; c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho; d) luz natural insuficiente num dia de sol.

Os indicadores relativos às **despesas com a habitação** baseiam-se na carga das despesas associadas a habitação, permitindo avaliar a importância dos custos associados ao acesso e utilização da habitação no rendimento disponível dos agregados familiares.

Carga das despesas associadas a habitação: rácio entre as despesas anuais associadas à habitação e o rendimento disponível do agregado, deduzindo as transferências sociais relativas à habitação em ambos os elementos da divisão. As despesas com a habitação incluem as relacionadas com água, eletricidade, gás ou outros combustíveis, condomínio, seguros, saneamento, pequenas reparações, bem como as rendas e os juros relativos ao crédito à habitação principal.

Com base na distribuição deste rácio para os agregados familiares foram obtidos os dois indicadores:

Carga mediana das despesas em habitação, que corresponde à mediana da distribuição da Carga das despesas associadas a habitação;

Taxa de sobrecarga das despesas em habitação: proporção da população que vive em agregados familiares em que o rácio entre as despesas anuais com a habitação e o rendimento disponível (deduzidas as transferências sociais relativas à habitação) é superior a 40%.

O que é o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)?

Os dados apresentados foram recolhidos no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) que é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2016, o inquérito dirigiu-se a 12 287 famílias, das quais 10 616 com resposta completa (com recolha de dados sobre 26 565 pessoas; 22 693 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente no 2º trimestre de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada e bietápica a partir de uma base de amostragem de alojamentos familiares. A longitudinalidade da amostra, assim como a limitação da carga estatística sobre os respondentes é assegurada através do estabelecimento de um esquema de rotação anual de 4 subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada agregado responde no máximo a quatro entrevistas, garantindo-se a sobreposição de $\frac{3}{4}$ dos respondentes relativamente ao ano anterior.

Até ao ano de 2012 a amostra foi selecionada exclusivamente a partir da Amostra-Mãe, tendo sido assegurada a transição gradual para a nova base de amostragem (constituída a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos – FNA) através das subamostras selecionadas entre 2013 e 2016. A partir de 2016, a amostra anual do ICOR, ou seja, todas as quatro subamostras que a compõem, são selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico, em que as unidades primárias, constituídas por células da *grid* INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. São entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, ajustados de acordo com a distribuição destas unidades por região, dimensão familiar, idade e sexo.

Anexo 1: Resultados definitivos referidos no destaque

Quadro 1.1 - Rendimento monetário disponível médio por agregado familiar por decis, em euros, Portugal, 2004 - 2015

Unidade: euros

Decis do rendimento monetário disponível	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1º	3 047	3 056	3 409	3 770	3 900	4 171	4 107	4 076	3 804	3 448	4 358	4 593
2º	5 378	5 465	5 817	6 339	6 600	6 785	6 830	6 736	6 396	6 122	7 148	7 688
3º	7 225	7 368	7 767	8 236	8 775	8 973	8 745	8 752	8 371	8 197	9 398	9 814
4º	9 445	9 613	10 113	10 438	11 048	11 352	10 881	10 870	10 478	10 312	11 073	11 906
5º	11 709	11 975	12 637	13 097	13 455	13 700	13 316	13 183	12 857	12 729	13 439	14 238
6º	13 954	14 073	15 106	15 688	15 736	16 258	15 831	15 556	15 299	15 027	15 786	16 385
7º	16 738	16 861	18 061	18 570	18 797	19 444	18 790	18 347	18 207	18 003	18 004	19 222
8º	20 831	20 956	22 274	23 108	22 804	23 646	22 607	21 970	22 066	21 626	21 229	22 446
9º	27 349	27 538	29 229	29 697	29 538	30 319	29 122	28 071	27 754	27 028	25 824	28 121
10º	54 152	54 315	54 713	54 992	54 343	52 614	52 575	51 103	47 814	46 824	43 300	44 862
Total	16 999	17 127	17 926	18 401	18 503	18 734	18 285	17 871	17 306	16 935	17 017	17 967

EU-SILC	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.2 - Mediana do rendimento monetário disponível por adulto equivalente para a população residente e para a população residente em risco de pobreza, em euros, Portugal, 2005 - 2015

Unidade: euros

População residente	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	7 311	7 573	8 143	8 282	8 678	8 410	8 323	8 177	8 229	8 435	8 782
Em risco de pobreza	3 357	3 441	3 752	3 794	4 024	3 876	3 792	3 563	3 440	3 591	3 865

EU-SILC	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.3 - Mediana do rendimento monetário disponível por adulto equivalente para a população residente e para a população residente em risco de pobreza, em euros, EU-28 e Portugal, 2009 - 2014

Unidade: euros

População residente	2009	2010	2011	2012	2013	2014
EU-28	14 858	14 980	15 477	15 457	15 815	16 153
Portugal	8 678	8 410	8 323	8 177	8 229	8 435
EU-28: em risco de pobreza	6 741	6 765	6 960	6 896	6 996	7 113
Portugal: em risco de pobreza	4 024	3 876	3 792	3 563	3 440	3 591

EU-SILC	2010	2011	2012	2013	2014	2015
---------	------	------	------	------	------	------

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.4 - Média do rendimento monetário disponível por adulto equivalente por decis, em euros, Portugal, 2004 - 2015

Unidade: euros

Decis do rendimento monetário disponível	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1º	2 340	2 420	2 639	2 892	2 843	3 048	3 012	2 780	2 431	2 328	2 469	2 720
2º	3 842	4 035	4 194	4 443	4 636	4 821	4 725	4 651	4 419	4 276	4 402	4 708
3º	4 842	5 019	5 268	5 473	5 725	5 974	5 845	5 823	5 654	5 526	5 704	6 002
4º	5 763	5 946	6 171	6 563	6 745	6 951	6 856	6 739	6 700	6 578	6 760	7 092
5º	6 721	6 836	7 114	7 606	7 777	8 044	7 842	7 776	7 659	7 696	7 844	8 204
6º	7 765	7 839	8 216	8 790	8 832	9 333	9 008	8 888	8 786	8 847	8 988	9 376
7º	8 935	9 077	9 858	10 162	10 246	10 762	10 489	10 240	10 180	10 161	10 329	10 900
8º	10 783	10 935	11 877	12 242	12 192	12 671	12 422	12 134	12 008	12 096	12 137	12 937
9º	14 470	14 758	15 695	15 763	15 769	15 792	15 645	15 359	15 073	15 186	15 185	16 267
10º	28 426	28 602	28 633	28 888	29 101	27 902	28 162	27 861	26 048	25 827	26 127	27 390
Total	9 392	9 554	9 968	10 288	10 390	10 536	10 407	10 227	9 899	9 856	9 996	10 562

EU-SILC	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.5 - Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2012-2015

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2012				2013				2014				2015			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	18,7	24,4	18,4	14,6	19,5	25,6	19,1	15,1	19,5	24,8	18,8	17,0	19,0	22,4	18,2	18,3
Homens	18,8	24,6	18,5	13,7	18,9	25,2	18,7	12,6	18,8	23,9	18,6	14,2	18,2	21,2	18,0	16,0
Mulheres	18,7	24,3	18,3	15,2	20,0	26,1	19,5	16,9	20,1	25,8	18,9	19,0	19,6	23,7	18,4	19,9
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	25,5	31,7	26,3	17,4	26,7	33,6	27,4	18,5	26,4	31,3	27,0 Rc	20,2	25,0	28,6	25,2	21,4
Homens	25,9	31,6	26,7	16,2	26,5	34,1	27,1	15,9	26,0	30,1	27,1	17,8	24,4	27,2	25,1	19,3
Mulheres	25,2	31,9	25,8	18,2	26,9	33,1	27,7	20,3	26,8	32,6	27,0	22,0	25,6	30,1	25,4	22,9
Antes de qualquer transferência social ⁽³⁾																
Total	46,9	35,4	37,8	87,0	47,8	36,5	37,9	88,9	47,5 Rc	34,5 Rc	37,3 Rc	89,7 Rc	46,1	31,6	35,6	89,8
Homens	45,6	35,1	37,6	87,8	46,1	37,2	36,8	90,0	45,4 Rc	33,3 Rc	36,5 Rc	90,0 Rc	44,1	30,2	34,9	90,3
Mulheres	48,1	35,7	38,0	86,5	49,3	35,8	38,8	88,2	49,4 Rc	35,7	38,1 Rc	89,6 Rc	48,0	33,2	36,3	89,5

EU-SILC	2013	2014	2015	2016
---------	------	------	------	------

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados.

Rc: valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.6 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo, Portugal, 2012-2015

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2012			2013			2014			2015		
	Total	Homens	Mulheres									
Empregado	10,5	11,7	9,2	10,7	11,5	9,9	10,9	11,6	10,2	10,9	11,3	10,5
Sem emprego	23,8	23,7	23,8	24,7	23,6	25,5	25,2	24,3	26,0	25,4	24,5	26,1
Desempregado	40,3	43,3	37,3	40,5	41,5	39,6	42,0	44,1	39,7	42,0	44,5	39,4
Reformado	12,8	12,2	13,2	12,9	12,4	13,4	14,4	13,5	15,2	16,0	15,6	16,3
Outros inativos	29,6	27,7	30,4	32,4	29,4	33,8	31,9	27,7	33,9	31,2	26,0	33,5
EU-SILC	2013			2014			2015			2016		

Nota: Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.7 - Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, 2012-2015

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015
Total, sem crianças dependentes	15,0	15,8	16,6	16,8
1 adulto sem crianças	21,9	23,1	25,4	26,3
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	22,3	23,8	23,7	23,9
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	21,6	22,5	26,8	28,1
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17,0	17,4	16,8	16,0
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13,4	13,1	14,3	16,4
Outros agregados, sem crianças	12,0	13,1	13,7	12,8
Total, com crianças dependentes	22,2	23,0	22,2	21,0
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	33,1	38,4	34,6	31,6
2 adultos com 1 criança	16,0	15,4	13,7	15,0
2 adultos com 2 crianças	19,9	18,0	20,4	17,0
2 adultos com 3 + crianças	40,4	38,4	37,7	42,7
Outros agregados, com crianças	23,8	28,8	26,1	24,7
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.8 - Indicadores EUROPA 2020, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano do inquérito	2013	2014	2015	2016
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	18,7	19,5	19,5	19,0
Taxa de privação material severa	10,9	10,6	9,6	8,4
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12,2	12,2	10,9	9,1
População em risco de pobreza ou exclusão social	27,5	27,5	26,6	25,1
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.9 - População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013				2014				2015				2016			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	27,5	31,7	28,5	20,3	27,5	31,4	28,3	21,1	26,6	29,6	27,4	21,7	25,1	27,0	25,6	21,8
Homens	27,5	32,3	28,4	18,3	26,7	31,2	27,9	17,6	25,9	29,1	27,1	18,2	24,1	25,7	25,1	18,9
Mulheres	27,4	31,0	28,5	21,6	28,1	31,7	28,8	23,6	27,3	30,0	27,7	24,3	26,0	28,4	26,1	24,0
EU-SILC	2013				2014				2015				2016			

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.10 - Indicadores de privação habitacional, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Taxa de sobrelocação da habitação	11,4	10,3	10,3	10,3
Taxa de privação severa das condições de habitação	5,6	5,5	4,7	4,9
Carga mediana das despesas em habitação	12,9	13,4	13,4	12,4
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	8,3	9,2	9,1	7,5
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

Nota: Os indicadores Carga mediana das despesas em habitação e Taxa de sobrecarga das despesas em habitação comparam informação relativa ao ano do inquérito com o rendimento disponível do ano anterior.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.11 - Taxa de sobrelotação da habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento por adulto equivalente, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	19,7	21,1	21,0	19,9
Sem risco de pobreza	9,5	7,7	7,7	8,0
Composição familiar				
Com crianças dependentes	17,1	16,2	16,9	17,0
Sem crianças dependentes	5,3	4,2	3,4	3,3
Grupo etário				
0-17 anos	17,7	16,4	17,2	17,0
18-64 anos	11,8	10,7	10,4	10,5
65 + anos	4,5	3,9	4,0	4,1
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	13,9	13,4	12,8	13,2
Áreas medianamente povoadas	11,7	8,6	8,7	7,8
Áreas pouco povoadas	7,2	7,2	8,0	8,3
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	19,2	20,8	20,8	19,8
2º quintil	13,7	12,0	10,3	13,1
3º quintil	11,2	10,0	9,9	9,1
4º quintil	10,5	5,3	7,2	6,5
5º quintil	2,6	3,7	3,3	2,9
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.12 - Taxa de privação severa das condições da habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento por adulto equivalente, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	11,4	13,1	11,2	11,3
Sem risco de pobreza	4,3	3,7	3,2	3,5
Composição familiar				
Com crianças dependentes	8,4	8,5	7,2	8,0
Sem crianças dependentes	2,7	2,4	2,1	1,7
Grupo etário				
0-17 anos	8,8	8,6	7,2	7,8
18-64 anos	5,7	5,7	4,9	5,1
65 + anos	2,4	2,2	2,0	2,1
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	7,8	7,6	6,5	7,5
Áreas medianamente povoadas	4,4	3,3	2,7	2,7
Áreas pouco povoadas	3,4	4,4	4,1	3,2
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	10,8	13,0	10,9	11,4
2º quintil	6,9	5,5	4,2	6,2
3º quintil	6,1	5,0	4,1	3,8
4º quintil	3,6	2,6	2,8	2,5
5º quintil	0,9	1,4	1,6	0,8
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.13 - Carga mediana das despesas em habitação por condição de pobreza, por grupo etário e por grau de urbanização, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	27,2	28,7	28,9	26,5
Sem risco de pobreza	11,2	11,5	11,5	10,9
Grupo etário				
0-17 anos	15,8	15,8	15,4	14,3
18-64 anos	13,0	13,5	13,4	12,5
65 + anos	10,7	11,5	11,9	11,3
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	13,2	13,9	13,8	12,7
Áreas medianamente povoadas	13,6	13,8	13,7	12,8
Áreas pouco povoadas	11,7	12,4	12,3	11,7
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 1.14 - Taxa de sobrecarga das despesas em habitação por condição de pobreza, por composição familiar, por grupo etário, por grau de urbanização e por quintis do rendimento equivalente, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016
Risco de pobreza				
Em risco de pobreza	30,9	33,7	33,5	29,1
Sem risco de pobreza	3,0	3,2	3,2	2,5
Composição familiar				
Com crianças dependentes	10,4	10,6	10,5	8,3
Sem crianças dependentes	5,9	7,7	7,6	6,7
Grupo etário				
0-17 anos	12,4	11,9	11,8	9,4
18-64 anos	8,6	9,9	10,0	8,2
65 + anos	3,2	4,4	4,1	4,0
Grau de urbanização				
Áreas densamente povoadas	9,6	9,7	9,5	8,2
Áreas medianamente povoadas	8,6	10,3	10,0	7,9
Áreas pouco povoadas	5,7	7,1	7,3	5,9
Quintis do rendimento por adulto equivalente				
1º quintil	29,2	33,1	32,8	27,9
2º quintil	7,1	7,0	8,2	6,5
3º quintil	3,5	3,2	3,0	1,9
4º quintil	1,0	2,2	1,0	1,1
5º quintil	0,3	0,4	0,4	0,2
EU-SILC	2013	2014	2015	2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Anexo 2: Outros resultados definitivos

Quadro 2.1 - Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, 2012-2015

Ano de referência dos dados	unidade	2012	2013	2014	2015
Limiar de risco de pobreza	€	4 906	4 937	5 061	5 269
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social	%	46,9	47,8	47,5 Rc	46,1
Após transferências relativas a pensões	%	25,5	26,7	26,4	25,0
Após transferências sociais	%	18,7	19,5	19,5	19,0
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	25,8	27,1	27,0	26,4
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	12,3	13,8	13,8	13,0
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	7,8	8,6	8,5	7,3
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coeficiente de <i>Gini</i>	%	34,2	34,5	34,0	33,9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	6,0	6,2	6,0	5,9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	10,7	11,1	10,6	10,1
EU-SILC		2013	2014	2015	2016

Rc: valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 2.2 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo o regime de ocupação e sexo, Portugal, 2012-2015

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2012			2013			2014			2015			
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
Total	18,7	18,8	18,7 Rc	19,5	18,9	20,0	19,5	18,8	20,1	19,0	18,2	19,6	
Proprietário ou cedido gratuitamente	15,8 Rc	15,7 Rc	15,8	16,6	16,1	17,1	16,5	16,0	17,0	16,7	16,1	17,2	
Arrendatário	32,7	33,8	31,7	33,3	32,7	33,8	33,5 Rc	32,7	34,1	30,2	29,6	30,7	
EU-SILC		2013			2014			2015			2016		

Rc: valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 2.3 - Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2012-2015

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2012				2013				2014				2015			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	27,4	33,1	31,3	13,4	30,3	32,7	32,7	20,6	29,0	31,4	32,2	18,2	26,7	28,7	29,3	18,0
Homens	28,4	32,8	21,7	12,1	31,2	32,7	32,7	19,7	30,1	30,9	33,6	17,2	27,1	29,1	29,2	16,6
Mulheres	27,0	33,3	30,6	13,6	29,3	32,7	32,7	21,3	28,7	32,1	31,5	19,3	26,5	26,9	29,4	19,1

EU-SILC

2013

2014

2015

2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 2.4 - Indicadores de privação material, Portugal, 2013-2016

Ano de referência dos dados	un.	2013	2014	2015	2016
Taxa de privação material	%	25,5	25,7	21,6	19,5
Taxa de privação material severa	%	10,9	10,6	9,6	8,4
Intensidade da privação material	n.º	3,6	3,6	3,7	3,6

EU-SILC

2013

2014

2015

2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 2.5 - Taxa de privação material, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2013-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013				2014				2015				2016			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	25,5	29,2	25,2	23,1	25,7	27,4	25,3	25,2	21,6	22,3	21,2	22,2	19,5	19,7	19,7	18,9
Homens	25,3	30,4	25,2	20,1	24,6	26,9	24,9	21,0	21,0	23,3	20,9	18,8	18,6	19,3	19,1	15,9
Mulheres	25,6	27,9	25,2	25,2	26,6	27,9	25,7	28,2	22,1	21,1	21,5	24,5	20,3	20,0	20,1	21,1

EU-SILC

2013

2014

2015

2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Quadro 2.6 - Itens de privação material na população total, Portugal, 2015-2016

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2015	2016
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	51,3	47,2
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	40,7	38,3
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	23,8	22,5
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10,1	9,3
Sem disponibilidade de automóvel	8,3	6,9
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,5	3,4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,2	1,1
Sem disponibilidade de telefone	0,9	0,7
Sem disponibilidade de televisão a cores	0,3	0,3
EU-SILC	2015	2016

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento